



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005675-87.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **VERA LUCIA DA SILVA**
 Requerido: **PAULO HENRIQUE DA SILVA e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação de internação compulsória proposta por **VERA LÚCIA DA SILVA** contra **PAULO HENRIQUE DA SILVA SOUZA** e o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, com pedido de antecipação da tutela. Afirma a requerente, em resumo, que o requerido Paulo, seu filho, é toxicômano, dependente de crack e outras drogas há vários anos e que apresenta, em razão da dependência química, comportamentos incompatíveis com a vida em sociedade. Alega que, ante a gravidade de seu estado de saúde, tendo comprometida a sua capacidade de discernimento, faz-se necessária a sua internação compulsória, em clínica especializada em tratamento de recuperação de toxicômanos, seja na rede pública ou em clínica particular. Vieram documentos à fls. 22/27.

A tutela antecipada foi concedida à fls. 28/29.

A decisão liminar foi cumprida (fl. 39).

O Município foi devidamente citado e apresentou contestação, aduzindo, em preliminar, ilegitimidade ativa e passiva e falta de interesse processual, requerendo o chamamento ao processo dos demais entes públicos, discorrendo, no mérito, sobre a natureza jurídica das normas relativas ao direito à saúde e orçamento, frisando que a procedência da ação caracterizaria privilégio à autora em detrimento de um número maior de pessoas, que não teriam suas necessidades atendidas pela rede pública de saúde. Requereu a citação do Estado de São Paulo e a improcedência dos pedidos iniciais.

Houve réplica (fls. 208/210).

Foram apresentados relatórios à fls. 225/228 e fls. 251/256.

O Ministério Público opinou pela extinção da ação.

É O RELATÓRIO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

FUNDAMENTO E DECIDO.

Afasto, inicialmente, as preliminares de (a) ilegitimidade ativa e (b) passiva *ad causam*, vez que a situação narrada à fls. 27 denota a falta de discernimento do paciente, para os atos da vida civil, conferindo a legitimidade ativa à genitora para os termos da presente ação. Também não há que se falar em ilegitimidade passiva, considerando que a norma constitucional torna solidária a responsabilidade dos entes públicos pela garantia ao direito à saúde dos cidadãos.

Afasto, igualmente, a alegação de (c) falta de interesse processual, considerando que a medida se fez necessária para conferir ao paciente o tratamento para a enfermidade que o aflige, não retirando do Município a obrigatoriedade de lhe conferir o tratamento adequado, sob a justificativa dessa responsabilidade ser de outro ente público.

Também não é o caso de chamamento ao processo, ante a ausência das situações narradas no art. 130 do CPC.

No mais, o pedido merece acolhimento.

A indicação para a internação compulsória vem confirmada pelo relatório existente nos autos, tendo a ação respaldo no artigo 196 da Constituição Federal, segundo o qual *“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*.

Note-se que a medida foi prescrita por médica psiquiatra da rede pública de saúde, atestando a necessidade de internação do correquerido para tratamento.

Desta forma é obrigatório o acolhimento do pedido inicial e, embora o correquerido Paulo Henrique tenha recebido alta, há a necessidade de preservar seu direito à saúde, bem como a saúde e segurança de seus familiares e daqueles que o cercam.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, confirmando a antecipação da tutela concedida às fls. 28/29, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Consigno que houve o cumprimento da medida, sobrevindo alta médica hospitalar do paciente, conforme documento de fls. 251/256, mas que a formação do título executivo judicial se apresenta relevante, diante do quadro instável do correquerido.

Não há condenação em honorários com relação ao Município, pelo fato de a decisão de fls. 28/29 ter sido cumprida.

O requerido é isento de custas, na forma da lei.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 25 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**